



Mayo 2017 - ISSN: 1989-4155

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM AMBIENTE ESCOLAR

Adriana Santos Brito¹
Áurea da Paz Pinheiro²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Adriana Santos Brito y Áurea da Paz Pinheiro (2017): "Educação patrimonial em ambiente escolar", Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (mayo 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/atlante/2017/05/educacion-patrimonial.html>

Resumo

O estudo tem por finalidade refletir sobre os inúmeros benefícios de inclusão do tema educação patrimonial no ambiente escolar, destacando-o como uma potencialidade para educadores e educandos na formação do processo do ensino-aprendizagem, por meio da interação entre os diferentes contextos culturais locais, interligando as disciplinas do currículo escolar. Para isso foram realizadas pesquisa em fonte bibliográfica, como periódicos nacionais, internacionais e livros, de forma a caracterizar como essa metodologia inova o processo educacional. A partir da análise bibliográfica, buscou-se refletir sobre as potencialidades de relacionar o tema com as disciplinas do currículo escolar, de forma a atrair o ensino-aprendizagem diferenciado e inovador nas escolas. Nas considerações finais apresenta-se uma análise geral dos benefícios que a inclusão da educação patrimonial pode trazer para o ambiente escolar.

Palavras - chave: Educação Patrimonial; Escola.

¹ Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Internacional do Delta - FID, Brasil, Parnaíba, Mestranda em Artes, Patrimônio e Museologia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Parnaíba. Professora do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Parnaíba (PI). E-mail: adryannabrito@hotmail.com

Graduate in Tourism of Federal University of Piauí, Management and Teaching in Higher Education from the Faculdade Internacional the Delta (FID), Brazil, Parnaíba. Master student in of Arts, Heritage and Museology of Federal University of Piauí (UFPI), Campus Parnaíba (PI). Teacher in Graduate Course in Tourism of Federal University of Piauí (UFPI), Campus Parnaíba (PI), E-mail: adryannabrito@hotmail.com.

Graduada em Turismo por la Universidad Federal de Piauí - UFPI, Especialista en Gestión y Docencia de la Educación Superior por la Universidad Internacional del Delta - FID, Brasil, Parnaíba, Cursa una maestría en Artes, el Patrimonio y Museología por la Universidad Federal de Piauí - UFPI, Campus de Parnaíba. Profesora del Curso de Licenciatura en Turismo de la Universidad Federal de Piauí (UFPI), Campus de Parnaíba (PI). E-mail: adryannabrito@hotmail.com

² Graduada em História e Direito pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Especialista em História Antiga e Medieval pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/Minas, Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Pós-doutorado em Ciências da Arte e do Patrimônio, Especialidade Museologia, Universidade de Lisboa, Portugal. Professora da Universidade Federal do Piauí, Brasil. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Professora Colaboradora no Mestrado em Museologia e Doutorado em Belas-Artes na Universidade de Lisboa. E-mail: aureapinheiro@ufpi.edu.br

Graduate in History and Right from the Federal University of Piauí - UFPI, Specialist in Ancient and Medieval History at the Catholic University of Minas Gerais, PUC / Minas, Masters and Doctora in History from the State University of Campinas, UNICAMP, Post-doctorate in Sciences art and Heritage, Specialty Museology, University of Lisbon, Portugal. Professor at the Federal University of Piauí, Brazil. Coordinator of the Graduate Program in Arts, Heritage and Museology, Collaborator Professor in the Master in Museology and Doctorate in Fine Arts at the University of Lisbon. E-mail: aureapinheiro@ufpi.edu.br

Graduada en Historia y Derecho en la Universidad Federal de Piauí - UFPI, Especialista en Historia Antigua y Medieval por la Pontifícia Universidad Católica de Minas Gerais, PUC-Minas, Maestría y Doctorado en Historia por la Universidad Estadual de Campinas, UNICAMP, Post-doctorado en Ciencias del Arte y del Patrimonio, de la Especialidad de Museología, Universidad de Lisboa, Portugal. Profesora de la Universidad Federal de Piauí, Brasil. Coordinadora del Programa de posgrado en Artes, el Patrimonio y la Museología, Profesora Colaboradora en el Máster en Museología y Doctorado en Bellas Artes en la Universidad de Lisboa. Email: aureapinheiro@ufpi.edu.br

EDUCACIÓN PATRIMONIAL EN AMBIENTE ESCOLAR

Resumen

El estudio tiene por finalidad reflexionar sobre los innumerables beneficios de inclusión del tema educación patrimonial en el ambiente escolar, destacándolo como una potencialidad para educadores y educandos en la formación del proceso de enseñanza-aprendizaje, a través de la interacción entre los diferentes contextos culturales locales, interconectando las disciplinas del currículo escolar. Para ello se realizaron investigaciones en fuente bibliográfica, como periódicos nacionales, internacionales y libros, de forma a caracterizar cómo esa metodología innova el proceso educativo. A partir del análisis bibliográfico, se buscó reflexionar sobre las potencialidades de relacionar el tema con las disciplinas del currículo escolar, para atraer la enseñanza-aprendizaje diferenciada e innovadora en las escuelas. En las consideraciones finales se presenta un análisis general de los beneficios que la inclusión de la educación patrimonial puede traer al ambiente escolar.

Palabras-clave: Educación Patrimonial; Escuela.

HERITAGE EDUCATION IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Abstract

The purpose of this study is to reflect on the innumerable benefits of including heritage education in the school environment, highlighting it as a potential for educators and learners in the formation of the teaching-learning process through interaction between different local cultural contexts, interconnecting the disciplines of the school curriculum. For this purpose, a bibliographic source was searched, such as national and international journals and books, in order to characterize how this methodology innovates the educational process. From the bibliographical analysis, we sought to reflect on the potentialities of relating the subject to the disciplines of the school curriculum, in order to attract differentiated and innovative teaching-learning in schools. The final considerations present a general analysis of the benefits that the inclusion of heritage education can bring to the school environment.

Keywords: Education Heritage; School.

1. Introdução

As reflexões apresentadas neste artigo são resultados de pesquisas bibliográficas, cujo objetivo foi analisar os benefícios que a inclusão do tema Educação Patrimonial pode trazer no ambiente escolar, destacando-se como instrumento de formação cidadã que ao longo do processo de ensino-aprendizagem permite a interação entre os diferentes contextos culturais que envolvem os docentes, os discentes, as famílias e a comunidade local.

Destaca-se a importância de se trabalhar o patrimônio cultural nas escolas, de forma que haja uma interação por meio da conscientização para o conhecimento, reconhecimento, preservação e divulgação dos patrimônios e cultura locais, por meio de ações educativas.

Percebem-se ainda as inúmeras possibilidades de inclusão das questões associadas ao patrimônio cultural na escola referenciando ações educativas, culturais e históricas que perpassam o ambiente da comunidade escolar a partir da transversalidade das disciplinas.

Neste sentido ao longo do artigo serão apresentados conceitos e/ou reflexões de alguns autores, cuja percepção incide sobre a importância da mediação entre educação e o patrimônio, bem

como a importância de compreensão do tema e metodologia associados aos estudos do patrimônio cultural.

Em primeiro lugar, julga-se necessário compreender que as questões patrimoniais surgiram no Brasil a partir de debates políticos iniciados da década de 1920 entre diversos artistas, escritores, políticos, etc., que naquela época mostraram-se preocupados com a preservação do patrimônio cultural e principalmente com a formação da identidade brasileira.

Mas que essas questões históricas sobre o patrimônio somente se tornaram relevantes para a sociedade a partir da criação em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal cujo objetivo foi tutelar o patrimônio cultural e sobre o qual desencadeou ao longo desses últimos vinte anos um conjunto rico e complexo de estudos e discussões teóricas, conceituais e metodológicos sobre as políticas públicas que envolvem o caráter pedagógico, didático e estratégico associados às relações entre patrimônio e sociedade com ênfase na preservação do patrimônio histórico-cultural nacional.

Atualmente o IPHAN tem ao longo desses anos implantado políticas que envolvem contextos socioculturais diversos, delineando as ações educativas, estratégias de diálogos com as escolas de ensino básico. Convém ressaltar que o contexto no qual a temática da Educação Patrimonial entrou no país, destacou-se a partir de influência política, social e cultural herdada nas décadas anteriores, influencia essa resultante da atuação de pesquisas e práticas educativas e patrimoniais no Brasil e, sobretudo da metodologia iniciada na Inglaterra denominada de *Heritage Education*, na qual inseria atividades didáticas fora do ambiente escolar, principalmente em museus.

Ao longo desses últimos anos, as políticas públicas para a Educação Patrimonial estão sendo materializados através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), 1997, bem como em parcerias com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Educação (MEC), por meio de projetos realizados nas escolas, isso têm primado por avançar em metodologias de sensibilização para conhecimento e reconhecimento do patrimônio local, têm auxiliado no processo de ensino-aprendizagem, vez que a educação para o patrimônio se tornou tema recorrente de interesse interdisciplinar, recurso de apoio para realização de atividades escolares e extraescolares voltadas para a valorização do patrimônio cultural.

2. A mediação entre a educação com o patrimônio cultural

Abordar o tema da educação patrimonial implica, antes de tudo, refletir sobre os significados de Educação e sua importância na sociedade atual. Piletti (2000: 07) elabora um interessante conceito: “[...] trata-se de um processo que escraviza e liberta simultaneamente, mas do qual ninguém consegue escapar, do nascimento à morte”, trata o ato de educar como um processo universal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Nº 9.394/96 no seu art. 1º, institui a educação em sentido lato: “[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos

movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996: 41).

O conceito proposto pela LDEBN Nº 9.394/96 refere-se ao processo educativo que pode acontecer em todo e qualquer espaço, na família, no convívio com outras pessoas, escolas e nas faculdades, em locais e momentos diversos. Assim, há de se destacar que esse mesmo processo se divide em duas modalidades: educação formal e a não formal.

A educação formal ocorre quando existe um processo sistemático e intencional. As instituições de ensino representam o principal agente para esse tipo de educação. Entretanto, essa ocorre também na família, igreja e em outras instituições e espaços, desde que sejam utilizados meios adequados para se conseguir atingir intencionalmente determinados objetivos.

Já a educação não formal resulta da convivência social e das influências constantemente mediadas nos mais diversos espaços como a casa, rua, trabalho, monumentos, museus, etc. Dessa forma, a educação informal torna-se o centro das reflexões a considerar as interfaces entre a educação e o patrimônio cultural no ensino-aprendizagem com ênfase nos diálogos com a comunidade.

Desse modo, as ações educativas pensadas e planejadas por meio da educação não formal permitem a formação cidadã no campo do patrimônio cultural, tornando-se um benefício para a sociedade.

Trigo (2002) menciona que a educação já está diretamente relacionada aos problemas sociais e às questões culturais e políticas, pois:

Ao longo do processo civilizatório, onde a educação tem se manifestado de várias formas e com várias mudanças, todas elas relacionadas ao aprimoramento e à melhoria do ser humano, apesar das crises, dos fracassos e dos imensos problemas enfrentados ao longo da história (*apud* MORAIS; MAIA, 2005: 03).

O autor quer mostrar que a educação está ligada às questões sociais e culturais. O que permite inferir a sua importância para o desenvolvimento de ações educativas que envolvem a comunidade local, por meio da interação entre educação e patrimônio cultural; os educandos passam a conhecer a comunidade local na qual habitam, reconhecendo e se apropriando de uma herança cultural que é propriedade deles. Através desse reconhecimento, as atividades extraescolares voltadas à educação patrimonial fortalecem os sentimentos de identidade e cidadania.

Por sua vez, Libâneo (1991: 17) menciona que a palavra “[...] educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente”, ou seja, é por meio da educação que os indivíduos interagem na vida em sociedade. Educação refere-se, portanto:

Ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais, estéticas tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações humanas (LIBÂNEO, 1991: 22).

A educação molda o ser humano, influencia na formação da personalidade de cada indivíduo em relação ao seu caráter, implica na busca de novos ideais, valores, concepções e no próprio modo

de agir de cada ser humano. Isso reflete também na realidade de vida de cada um e nos desafios de uma vida social.

Assim, os conceitos e definições sobre educação se traduzem em desejos de mediar à formação de educandos em cidadãos, a partir do reconhecimento desses enquanto pessoas integrantes da própria comunidade.

Percebemos que os estudos e ações do patrimônio cultural, alinhados à educação, são essenciais ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem no ambiente escolar, principalmente quando se utilizam recursos locais para o encaminhamento de metodologias associadas à educação e ao patrimônio que se tornam imprescindíveis para a interação social da comunidade escolar com a comunidade local e contribui para a formação para a vida dos educandos.

Nesse contexto, Freire (1981: 55) fala que a educação reflete “[...] nas relações entre os seres humanos e o mundo, implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural [...]”. Dessa maneira, percebe-se que as relações diversas que envolvem os seres humanos e o mundo são em si históricas, que não apenas fazem a história deste mútuo fazer e sim, contam a história, denominado por ele de processo de ‘hominização’ ou processo de evolução do ser humano.

Quanto ao patrimônio cultural, percebe-se que o termo busca reviver o passado no presente, através da cultura, da memória e da identidade, fundamentais para se compreender a história local. Cabral (2011: 26) descreve-o como uma:

Distinção consciente entre o que deve e o que não deve ser preservado, a conservação dos objetos patrimoniais em museus apartados da sua funcionalidade original, a atribuição de significado simbólico a determinados tipos de bens são características de uma visão contemporânea de patrimônio.

A autora remete a uma visão ampla do conceito de patrimônio. Evidencia que algo ou determinado objeto, monumento, tornam-se patrimônio, a partir de critérios nos quais se avaliam o que deve e o que não deve ser preservado; critérios essenciais, segundo ela, para a classificação de determinados tipos de bens, sejam materiais e/ou imateriais.

Desvallées; Mairesse (2013: 74) conceituam patrimônio cultural como:

[...] conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais sem limite de tempo nem lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras.

Percebe-se que as noções de patrimônio são amplas, seus significados envolvem tudo que pertença à sociedade, desde tradições, crenças, valores e costumes, passando pela história e memória social, reunidos, preservados e reconhecidos pelas comunidades.

É importante destacar que Hernández (2006: 162) o patrimônio enquanto “[...] un instrumento al servicio del desarrollo de la persona y de la sociedad”, isso reflete nas relações entre o ser humano e a sociedade, a partir de uma teoria concreta que envolve o discurso patrimonial como salvaguarda de novas formas de expressões culturais.

No que se refere ao patrimônio, Poulot (2005) admite que a relação entre o ser humano e a realidade contribui para o processo cultural dos povos como alternativa interdisciplinar que permita as trocas de saberes entre as gerações, através do conhecimento histórico-cultural de um povo.

Enquanto isso, Varine (2013: 37) discute a questão do patrimônio enquanto capital real que requer uma consciência coletiva para o seu desenvolvimento. Para ele, trata-se de um capital que para fazê-lo permanecer existente é preciso “[...] viver, produzir, transformar-se, para permanecer útil”. Isto quer dizer que o patrimônio precisa, antes de tudo, ser conhecido e reconhecido pelos grupos sociais que o possuem, nos limites das reflexões deste texto, a comunidade escolar.

Por sua vez, Fonseca (1997a: 36) atribui ao patrimônio cultural um “[...] valor fundamentado em um sentimento de uma comunidade, no caso, a nação”. Esse sentimento de pertencimento está agregado ao valor fundamentado no reconhecimento do patrimônio. Mas, isso somente irá acontecer se a comunidade começar a tomar “[...] consciência de si mesma como uma nação”; conforme Nora (1997), se realmente a comunidade escolar passar a refletir sobre a importância da cultura e da história para a construção social.

Essa questão de valor fundamentado no patrimônio, de acordo com Fonseca (1997a: 38), somente é “[...] atribuído ao bem que justifica seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente sua proteção pelo Estado”. Dessa maneira, a cultura entra no processo de fundamentação do patrimônio enquanto objetivo concreto que proporciona “[...] não apenas para a sobrevivência do Homem de sua realização histórica, mas é, também, e ao mesmo tempo, reflexo e instrumento para uma mudança da qualidade do conjunto de relações sociais”, assim afirma Guarnieri (1990: 207).

Nessa linha de raciocínio, a educação surge como um dos principais agentes formadores de conhecimentos, de influência ao desenvolvimento do espírito de cidadania. Além disso, proporciona a mediação de pertencimento entre a sociedade e o patrimônio cultural nele existente.

Enquanto isso, Desvallées; Mairesse (2013: 38) mencionam que a educação ocasiona a “[...] implementação dos meios necessários para a formação e o desenvolvimento de pessoas e de suas próprias capacidades”. A educação permite reflexões em torno dos bens patrimoniais e culturais, o reconhecimento de pertencimento das pessoas em um dado grupo social, em uma dada comunidade, portanto fator essencial no processo de formação para a vida.

A escola tem um papel importante de mediação entre a sociedade e seus patrimônios, pois favorece a formação para a cidadania, permite a sensibilização para o pertencimento à cultura local, e, nesse percurso, a educação patrimonial assume um papel relevante.

Como se pode ver a mediação nada mais é do que “[...] pensar a instituição da cultura por ela mesma, como transmissão de um fundo comum que reúne os participantes de uma coletividade e na qual eles se reconhecem” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013: 52).

Dessa forma, a educação patrimonial surge, conforme Oliveira; Soares (2009: 01) “[...] como instrumento para que essas temáticas sejam desenvolvidas nas escolas”. A possibilidade de inserção do tema patrimônio no ambiente escolar amplia o processo educacional dos docentes, discentes e pais, a partir da retomada de novos valores culturais e históricos, fazendo-os reconhecerem, valorizarem a história e a cultura local.

Ao mesmo tempo, Oliveira; Soares (2009: 02) afirmam que “[...] os educadores precisam desenvolver novos métodos de ensino”, levar para a sala de aula novas técnicas de ensino-aprendizagem para que haja a interação professor-aluno. Isso amplia olhares diferentes sobre o ensino, dentro e fora do ambiente escolar convencional.

A promoção de passeios educativos que envolvem lugares diversos, nos quais os docentes podem inserir assuntos do cotidiano local, permite o reconhecimento da própria história de vida nas interfaces entre o passado e presente.

Santos (2011: 04) ao justificar a inserção da temática na rede de ensino em nível fundamental considera a escola como:

[...] uma instituição que faz parte do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, é alimentada por diversos patrimônios culturais, representados pelo conhecimento produzido e acumulado ao longo dos anos, resultado da herança cultural construída pelos sujeitos sociais ao longo da vida, ou seja, a tradição que deve ser compreendida, também como um processo de construção e reconstrução.

A partir dessas reflexões sobre as relações necessárias entre educação, escola e patrimônio cultural, o autor justifica que os processos de construção e reconstrução podem ser realizados através de ações educativas, voltadas para a valorização do patrimônio cultural inserido no ambiente escolar, ou seja, subtende-se a contribuição para “o repensar” dos educandos sobre a importância da história, por meio da inserção de novas temáticas ao conteúdo escolar, enriquecendo, assim, o processo de ensino-aprendizagem.

2.1 Educação Patrimonial: conceitos e reflexões

A educação patrimonial se torna um conceito de mediação, onde os educadores relacionam os assuntos da história local nas disciplinas como base para o desenvolvimento de reconhecimento e pertencimento por parte dos educandos no ambiente escolar. Em outras palavras, a educação patrimonial é “[...] um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com os outros e consigo mesmo”, assim descreve Florêncio (2014: 22).

Por isso, a inclusão de conteúdos associados ao patrimônio cultural na educação como tema transversal proporciona a capacidade de interdisciplinaridade, por meio de “[...] um ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários com espaços formativos” (FLORÊNCIO, 2014: 27).

Com base no que foi mencionado até aqui sobre as questões que envolvem a educação patrimonial, é importante salientar o papel fundamental que assumem os docentes na “[...] ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece [...]” como meio de interação entre o patrimônio e a importância deste para a sociedade atual (BITTENCOURT, 2004: 277).

As ações efetivas de educação referentes ao patrimônio somente ocorreram devido à necessidade de sistematização, primeiramente no âmbito de políticas públicas de preservação ligadas ao IPHAN, e após a implementação de uma política pública voltada para a conscientização da sociedade sobre a necessidade de preservar o patrimônio cultural brasileiro.

As políticas públicas voltadas à conscientização para o patrimônio cultural implementam diretrizes fundamentais que colaboram no processo de mediação, a partir da inclusão do tema no ensino básico, no ensino-aprendizagem, na sistematização das relações comunidade local e escolar.

É através do reconhecimento, ao mesmo tempo do provocar mudanças de atitudes e mentalidades, principalmente da comunidade escolar, que as atividades pedagógicas, cujo intuito passa a sensibilizar os educandos sobre a importância de se conhecer e preservar o patrimônio existente nas comunidades, vez que bens comuns que enriquecem a história e a memória social.

A educação patrimonial é uma forma possível de ensino-aprendizagem no ambiente escolar. A inclusão de temas no campo da história, da memória, da cultura e da identidade promove o sentido de pertença entre comunidade escolar e local. Não se trata de “[...] ensinar sobre o patrimônio, mas de considerar os bens culturais, sua fruição, preservação e difusão, como recurso precioso do processo educativo [...]”, (CHASTEL; BABELON 2012 *apud* FONSECA, 2012c: 16).

O processo educativo, cotidianamente, requer mudanças no modo de ensinar e, quando se utiliza os bens culturais no processo, percebe-se um recurso enriquecedor de conhecimento que desperta o desejo de reconhecer o próprio território ao mesmo tempo em que propõe reflexões críticas a respeito do local no qual se habita.

Fonseca (2012c: 16), ressalta que o recurso da educação patrimonial no ambiente escolar pode:

[...] despertar no educando a curiosidade, o desejo e o prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais enquanto patrimônio coletivo, e de levá-lo a se apropriar desses bens enquanto recursos que aprimoram sua qualidade de vida, e que contribuem para o seu enriquecimento enquanto pessoa e cidadão, em suas atividades profissionais, de lazer, de criação e de inter-relação com os outros e com o mundo.

A inclusão permite ao educador e educando novas formas de ensino-aprendizagem, os bens patrimoniais existentes passam a ser reconhecidos por eles, além do contato direto com a comunidade local; há o enriquecimento da aprendizagem, a partir da constituição de uma identidade pessoal e coletiva de professores, alunos e pais, na verdade a comunidade escolar e seu entorno.

Ao incluir a educação patrimonial no ambiente escolar, é importante destacar que os processos educacionais devem ter “[...] como foco o patrimônio cultural [...]” no sentido de integrar os conteúdos abordados em sala de aula com a vida cotidiana da comunidade (FLORÊNCIO, 2014: 23).

Ao integrar esses conteúdos na vida escolar, a educação patrimonial adquire “[...] um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural” (FLORÊNCIO, 2014: 24). Segundo a autora, trata-se das possibilidades de relacionar as ações de patrimônio existentes na comunidade como fator essencial para o seu reconhecimento e suporte no ensino-aprendizagem para os educadores e educandos.

Florêncio indica que um dos fatores relevantes à Educação Patrimonial está no enfoque que os docentes podem oferecer às questões referentes às práticas educativas patrimoniais no ambiente escolar, o que “[...] contribui para a criação de canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pela política de patrimônio cultural, por meio de mecanismos de escuta

e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais” (FLORÊNCIO, 2014: 25).

Contribui, assim, para o exercício de atividades lúdicas que envolvam ações educativas voltadas para o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural. Portanto, recurso de integração transversal e interdisciplinar nas dinâmicas dialógicas entre as disciplinas no “ambiente formativo escolar”, na inter-relação comunidade que interagem ou podem vir a estabelecer diálogos com a escola.

Scifoni (2012: 31) afirma que as ações educativas voltadas para o patrimônio no ambiente escolar “[...] revelam uma multiplicidade de estratégias possíveis em Educação Patrimonial [...]”, cabendo a cada instituição de ensino adaptar seus projetos, objetivos e metodologias de aplicação ao contexto social local, cujo princípio é proporcionar uma nova forma de ensino-aprendizagem, por meio de concepções práticas de ensino que envolvam o debate coletivo entre docentes, discentes, pais e a comunidade de seu entorno, o que inclui pessoas e instituições as mais diversas.

Enquanto isso, Chagas destaca que o principal objetivo de se incluir ações voltadas para a educação patrimonial no ambiente escolar é fazer com que a comunidade escolar compreenda “[...] que o que se quer preservar e comunicar não são objetos (monumentos, sítios, prédios, manifestações), mas sim pensamentos, sentimentos, sensações e intuições” (2009 *apud* CABRAL 2012: 40).

2.2 Breve contextualização histórica sobre a educação patrimonial no Brasil

No início do século XX, surgiu a inclusão de temáticas voltadas à preservação do patrimônio cultural no Brasil. Nesse contexto, vale destacar o movimento modernista de 1922, foi importante, pois tornou público uma política patrimonial que buscava conhecer, compreender e recriar a identidade brasileira.

Naquele momento foi emblemática a Semana de Arte Moderna de 1922. Diversos artistas, escritores, intelectuais, dentre outros, mostraram-se preocupados com as questões referentes à preservação do patrimônio cultural, por isso “[...] os participantes envolvidos empenharam-se, então, em identificar aspectos e elementos em geral que configurassem um perfil artístico e cultural do país [...]” (MALTÊZ *et al.* 2010: 41).

Para Magalhães (2009: 38) o “Estado Novo voltou seu olhar para o patrimônio com uma preocupação central a modernidade [...]”. Daí a criação, na época, de uma política de preservação patrimonial vinculada à história do Brasil, à construção de uma identidade nacional amalgamada.

Os modernistas foram os principais responsáveis pela elaboração de uma legislação cultural que, em 1936 resultou no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade a pedido do Ministro da Educação Gustavo Capanema. Ao elaborar o anteprojeto, Mário de Andrade propôs a criação de um Instituto Preservacionista, cujo foco estivesse centrado em Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Artístico Nacional.

Segundo, Maltêz (*et al.* 2010: 41), o anteprojeto “[...] serviu de base à lei posteriormente promulgada em 30 de novembro de 1937 [...]”, que influenciou a criação do Serviço do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

A proposta inicial de Mário de Andrade contemplava a promoção de discussões teóricas, conceituais e metodológicas, tendo como base o caráter pedagógico e estratégico dos museus e das imagens, por meio da preservação do patrimônio cultural.

No anteprojeto de Mário de Andrade estava a criação de uma “Seção de Museus”; o SPHAN estaria encarregado de promover uma exposição em nível nacional, cujo intuito era selecionar os museus municipais e técnicos, dada a importância dos museus e das representações para as ações educativas, pelo seu caráter pedagógico.

Essas ações educativas relacionadas aos museus foram implementadas, de uma forma mais pontual e seguiram as diretrizes de tombamento do patrimônio edificado pelo SPHAN. Neste caso, os museus partilhavam “[...] o mesmo campo disciplinar visado pelo grupo do Patrimônio, ou seja, a história e o acervo legado pelo passado e presente” (JULIÃO, 2009: 144).

Seria por meio da inclusão da educação associada à preservação do patrimônio cultural que os modernistas promoveriam uma campanha nacional para assegurar o patrimônio e a própria identidade do Brasil.

Entretanto, Florêncio (2014: 09) afirma que em “[...] meados de 1970 a questão foi abordada de modo mais insistente, com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC”, tendo como parceiros os funcionários do governo federal em Brasília e de docentes da UnB, sob orientação de Aloísio Magalhães que, naquela época,

[...] se concentrou na elaboração de um discurso, amplamente difundido, em que a comunidade era incluída não apenas como objeto ou população-alvo, mas também como sujeito chamado a participar junto com os agentes institucionais. O lema desse discurso era ‘a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio’ (OLIVEIRA, 2011 apud FONSECA, 2012a:185).

O CNRC atuou indiretamente na interlocução de processos educacionais voltados para a preservação patrimonial. Em 1981, foi apresentado em Brasília o “Projeto Interação” que fazia parte das diretrizes para a operacionalização da política cultural do MEC.

O Projeto possuía uma linha programática que tratava da interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no Brasil. A finalidade desse projeto era desenvolver “[...] ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade”, conforme relata Brandão (1996: 293 *apud* FLORÊNCIO, 2014: 08).

As ações do “Projeto Interação” proporcionariam aos educandos o conhecimento sobre a cultura e a história do próprio país. O Projeto se tornou, à época, um exemplo concreto de gestão pública entre o Estado e a Sociedade Civil.

As metodologias de educação patrimonial começam a ser apresentadas e discutidas no Brasil no início da década de 1980, a partir de “[...] experiências ocorridas na Inglaterra e aplicadas aqui, com a utilização de museus e de monumentos históricos com fins educacionais [...]” (FLORÊNCIO, 2014: 02).

As propostas metodológicas que embasaram as ações educativas estavam centradas, sobretudo, na visitação a museus, monumentos e demais bens patrimoniais de valor cultural. Por isso, em 1983, no Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, foi realizado o 1º Seminário sobre “O uso Educacional de Museus e Monumentos”.

Segundo Siviero (2015: 95), o Seminário foi “[...] organizado pela museóloga e então diretora deste museu, Maria de Lourdes Parreiras Horta, e reuniu especialistas de várias áreas de formação e atuação de diversas regiões do Brasil”. O objetivo desse seminário era propor a inclusão da metodologia inglesa *Heritage Education* em atividades escolares que desenvolvessem o trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, a partir de uma fonte primária, individual e coletiva envolvendo os educadores e educandos.

O engendramento de diálogos, discussões, estudos e ações teve como resultado o alargamento da compreensão sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro, seu conhecimento e aprendizado a considerar as manifestações culturais em sentido amplo, os bens patrimoniais materiais e imateriais tomados como possibilidade de inserção para sensibilização do tema nos currículos das disciplinas do sistema de ensino básico.

Anos mais tarde, em 1999, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro lançaram a publicação “Guia Básico de Educação Patrimonial”, ainda hoje significativo material de apoio para a realização de ações educativas voltadas à valorização do patrimônio no ambiente escolar e em outros espaços de educação informal.

2.3 A educação patrimonial como campo interdisciplinar

A educação patrimonial acaba por se tornar um campo interdisciplinar, pois abrange todas as disciplinas do currículo escolar estando relacionadas às atividades didático-pedagógicas dentro e fora do ambiente escolar.

Ela permite a processo de construção e reconstrução do conhecimento, pois relaciona o contexto local de uma maneira interdisciplinar, envolvendo as disciplinas, a cultura e a realidade da comunidade escolar. Assim, no pensamento de Freire (1987), a interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura.

No que se refere à educação patrimonial poder-se-á relacionar a concepção pedagógica libertadora de Paulo Freire de uma forma dialógica quando se trata da: “leitura do mundo, na curiosidade epistêmica, problematizadora e que resulte na transformação da realidade” (GEDEON, 2014: 02).

Por isso que a educação patrimonial é tão importante para o ensino-aprendizagem, uma vez que é através dela que podemos nos sensibilizar sobre as questões patrimoniais de forma inovadora para um ensino-aprendizagem diferencial e lúdico nas escolas. Isso faz supor que a educação patrimonial pode “[...] ser aplicada como método em todas as disciplinas [...]” (HORTA, 2004: 03).

Por ser uma metodologia na qual aborda a interdisciplinaridade no ensino-aprendizagem, percebe-se que ações voltadas à preservação do patrimônio poderão ser inseridas no currículo

escolar de crianças, jovens e adultos de forma inovadora, cujo diferencial promove a socialização entre os patrimônios existentes na sociedade.

Dessa maneira a “[...] educação hoje não pode continuar a ser vista apenas como canal de transmissão de conhecimentos previamente estabelecidos e sem ligação com a realidade do educando, sua maneira de ser, de viver, de pensar, de se comunicar, isto é, sem ligação com a sua cultura” (OLIVEIRA; SOARES, 2014: 47).

Sendo assim, percebe-se que essa metodologia oferece uma série de ações pedagógicas diferenciadas, onde a utilização do patrimônio cultural torna-se uma mediação entre as disciplinas escolares com as temáticas voltadas para a identidade, a cultura e a memória popular.

Uma vez que é essencial nas escolas quando se encontram a realização de projetos de educação patrimonial manter uma “[...] consciência histórica que permite valorizar/preservar a cultura material e a memória da nossa sociedade [...]” (NOELLI, 2004: 1413).

Nesse sentido, a educação patrimonial busca reconhecer o ambiente escolar como campo interdisciplinar de ensino-aprendizagem relacionado às questões patrimoniais, pois a incorporação destes bens acaba por instituir novos traços identitários criando assim “[...] noções de referencialidade” dentro e fora do ambiente escolar (LACERDA, 2015: 26).

Dessa forma, as práticas patrimoniais desenvolvidas através da educação patrimonial são de suma importância para o desenvolvimento educacional nos dias de hoje, pois essa metodologia acaba por influenciar o aprendizado dos educandos de forma integradora, crítica e lúdica ao relacionar os conteúdos locais com as disciplinas do currículo escolar.

Considerações Finais

Com base nas literaturas abordadas ao longo do artigo, percebe-se que a educação patrimonial permite a inserção no processo de ensino-aprendizagem em ambiente escolar de temas, problemas e abordagens, sobre o patrimônio, envolve diretamente a comunidade escolar e local nas questões políticas do tempo presente associadas ao patrimônio, história e memória social; permite a percepção do movimento cotidiano da vida e configura uma oportunidade de percepção do espaço onde reside, mas pouco percebido e sentido.

Ao longo da pesquisa, leitura e análise da bibliografia consultada, observou-se que os teóricos que auxiliam na proposta de ação no campo da educação patrimonial no ambiente escolar objetivam apresentar aos leitores a importância da mediação no campo da educação, patrimônio, cultura como recurso à percepção sobre a vida permeada de histórias e memórias ancestrais.

Logo, a relação entre educação e patrimônio está no processo de mediação, de produção de sentidos, pois amplia a aprendizagem dos educandos por meio de novos olhares sobre o que se estuda em sala de aula, ao mesmo tempo permite associar assuntos do cotidiano local com os conteúdos das disciplinas do currículo escolar, fazendo-os vivenciarem algo novo, a partir de atividades extraescolares, no caso, das visitas guiadas como recurso interdisciplinar de ensino-aprendizagem.

As propostas de educação patrimonial requerem uma postura de compromisso do educador posição crítica, reflexiva sobre o espaço onde vive e principalmente sobre as dinâmicas culturais e políticas, sobre as lógicas sociais presentes no mundo ao seu redor.

Por isso, o maior desafio dos educadores é saber como incluir a metodologia da educação patrimonial no movimento do cotidiano local nas disciplinas escolares que ministra, o que está diretamente ligado à identidade docente e sua formação que deve pautar-se na conscientização da pluralidade cultural por meio da valorização do patrimônio cultural em ações educativas.

Referências

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 dezembro de. (1996): **“Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro, 1996. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Consultado em: 26/05/2015 às 14h18min.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. (1997): **“Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural”**. Brasília: MEC. <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>>. Consultado em: 27/05/2015 às 16h14min.

BRANDÃO, C. R. (1981): **“O que é educação?”** 16ª. ed. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, I. T.; ALDRIGUE, N. de S.. (2004): **“Turismo e Educação: dois alicerces indispensáveis”**. João Pessoa, Paraíba. Disponível em: <http://www.periodicodeturismo.com.br/site/edicoes/index.php.pdf>. Consultado em: 04/05/2015 às 22h46min.

BITTENCOURT, C. M. F. (2004): **“Ensino em história: fundamentos e métodos”**. São Paulo: Cortez.

CABRAL, C. B.. (2011): **“Patrimônio Imaterial – Convenção da Unesco e seus contextos”**. Lisboa: Edições 70 (Coleção Arte & Comunicação).

CABRAL, M. (2012): O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: **“Educação Patrimonial x Educação Museal?”** Caderno Temático 2. Casa do Patrimônio de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3840>>. Consultado em: 09/04/2015 às 15h45min.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (2013): **“Conceitos-chave de museologia”**. Editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo Secretaria de Estado da Cultura.

FREIRE, P. (1981): **“Ação cultural para a liberdade e outros escritos”**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 149p. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_acao_cultural_para_a_liberdade.pdf. Consultado em: 30/06/2015 às 09h14min.

FONSECA, M. C. L. (1997a): Introdução. In: _____. **“O Patrimônio em Processo”**. Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil, Rio de Janeiro: URRJ/IPHAN.

_____. (2012b): Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **“Políticas sociais: acompanhamento e análise”**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/imagens/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Consultado em: 25/04/2015 às 14h48min.

_____. (2012c): O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: **“Educação Patrimonial: reflexões e práticas”**. Caderno Temático 2. Casa do Patrimônio de João Pessoa. Disponível em: [em:<http://www.portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3840>](http://www.portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3840). Consultado em: 02/04/2015 às 19h36min.

FLORÊNCIO, S. R. (2014): **“Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos”**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, Disponível em: [em:<http://www.portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>](http://www.portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf). Consultado em: 28/04/2015 às 19h59min.

GUARNIERI, W. R. C.(1990): **“A elaboração de princípios teóricos-metodológicos e as abordagens sociopolíticas e culturais”**. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – Textos e contextos de uma trajetória profissional, São Paulo: Pinacoteca.

GRUNBERG, E. (2007): **“Manual de atividades práticas de educação patrimonial”**. Brasília, DF: IPHAN, 24p. Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>. Consultado em: 25/08/2014 às 10h36min.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. (2006): **“Planteamientos teóricos de la museología”**. Gijón, Asturias: Ediciones Trea, 287p. (Biblioteconomia y administración cultural).

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q.(1999): **“Guia Básico de Educação Patrimonial”**. Brasília, DF: IPHAN, Museu Imperial.

LIBÂNIO, J. C. (1991): **“Didática”**. São Paulo: Cortez.

MALTÊZ, C. R.; et al. (2010): **“Educação e Patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural”**. In: Pedagogia em ação, v. 2, N. 2, p. 1-17, Nov. Disponível em: <http://www.periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4840/5053>. Consultado em: 25/03/2015 às 15h00min.

MAGALHÃES, L. H.; et al. (2009): **“Educação Patrimonial: da teoria à Prática”**. Londrina/PR: Unifil, 108p. Disponível em: http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/LIVRO_Educacao_Patrimonial.pdf. Consultado em: 25/03/2015 às 16h30min.

MORAIS, J. P.; MAIA, J. S. da S. (2005): **“A prática do turismo pedagógico: um estudo de caso na creche EMEI Mário Andrade de Ourinhos”**. Global Tourism, São Paulo, v. 1, n. 2. Disponível em: <http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/A%20PRATICA%20DO%20TURISMO%20PEDAG%20C3%93GICO.pdf>. Consultado em: 22/05/2015 às 18h45min.

NORA, Pierre. (dir). (1997): **“Les liex mémoire”**. Paris: Gallimard Quarto, v. 01.

OLIVEIRA, C. A. P. (2011): **“Educação Patrimonial no IPHAN”**. Monografia de Especialização. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: [em:<http://www.portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1766>](http://www.portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1766). Consultado em: 29/04/2015 às 23h25min.

OLIVEIRA, F; SOARES, A. L. R. (2009): **“Valorização do patrimônio como tema transversal: utilizando a educação patrimonial como forma de sensibilização do público escolar”**. Revista Ágora, v. 15, N. 1, p. 115-125, jan./jun. Disponível em: <http://www.online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/1787>. Consultado em: 21/06/2014 às 11h23min.

POULOT, D. (2005): **“Museo y museología”**. Paris. A B A D A Editores, 164p.

PILETTI, N. (2000): Educação: o que é isso? In:_____. **“História da educação brasileira”**. São Paulo: Ática, p. 07-20.

SANTOS, M. C. T. M. (2011): **“Museu e Educação: conceitos e métodos”**. Disponível em: <<http://www.bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a30.pdf>>. Consultado em: 23/07/2014 às 17h53min.

SIVIERO, F. P. (2015): **“Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação”**. Revista CPC - Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/90786/pdf>. Consultado em: 30/06/2015 às 10h18min.

SOUZA, R. C. de. (2010): **“Educação patrimonial: escola, aluno/professor e sociedade”**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-patrimonial-escola-aluno-professor-e-sociedade/31672/>>. Consultado em: 28/07/2014 às 21h41min.

SCIFONI, S. (2012): O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: **“Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema”**. Caderno Temático 2. Casa do Patrimônio de João Pessoa. Disponível em: em:<<http://www.portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3840>>. Consultado em: 03/04/2015 às 18h25min.

VARINE, H. de. (2013): **“As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local”**. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1^o. Reimpressão, Porto Alegre: Medianiz, 255p.